

# Os adesistas de última hora

BRASÍLIA — A folgada vitória do relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) pegou de surpresa o grupo ligado ao senador Antonio Carlos Magalhães, que até o final da manhã contava com a adesão de senadores do PSDB e do PMDB. Pelo menos quatro senadores descumpriram o script montado pelos pefelistas ao mudarem seu voto.

Até começar a votação do parecer de Saturnino, fazia parte da matemática carlista o apoio do senador Amir Lando (PMDB-RO), que, no último minuto, votou a favor do relatório de Saturnino e contra as mudanças apresentadas pelo PFL que desfigurariam o parecer.

O voto de Lando foi decidido com a interferência do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), que se mobilizou para evitar o apoio de peemedebistas a ACM. Calheiros proibiu a bancada do PMDB de votar a favor dos destaques do PFL. O recado foi transmitido pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que

alertou os colegas: “A liderança do PMDB informa que é favorável ao relatório do senador Saturnino Braga”.

Pressionado por acusações de receber propina de “quinhentos mil argumentos”, ou R\$ 500 mil, para votar a favor dos dois senadores, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) também decepcionou os carlistas. Nabor não só votou a favor do relatório de Saturnino Braga como distribuiu uma nota repudiando as insinuações sobre seu voto. “A mim imputaram, sordidamente, desde a vil pusilanidade até o recebimento de propinas (“argumentos”), sen que me fosse aberto qualquer espaço concreto para explicitar minhas atitudes”, reclamou o senador, que afirmava estar “sereno e consciente” ao votar a favor de relatório.

A adesão dos senadores tucanos Lúcio Alcântara (CE) e Osmar Dias (PR) à sugestão de cassar o mandato de Antonio Carlos e Arruda também contrariou a contabilidade pefelista. O silêncio enig-

mático de Dias durante o processo foi interpretado pelo grupo ligado a ACM como sinal de simpatia do tucano. Dias ajudaria na tática carlista ao evitar propor a cassação na mídia. Candidato ao governo do Paraná, o senador tucano optou por “responder ao que pede a população, que é a cassação do mandato”.

Os carlistas ficaram mais inconformados, no entanto, com o voto do senador Lúcio Alcântara, ligado ao governador do Ceará, Tasso Jereissati, que deu declarações de apoio a Antonio Carlos. O tucano chegou a ajudar na estratégia do PFL no transcorrer da reunião, questionando as decisões tomadas pelo presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), que dificultava a manobra carlista. “O senhor deveria consultar o plenário mais vezes”, queixou-se sobre a postura de Tebet. O voto do tucano ajudou, no entanto, a aprovar o relatório com a sugestão de perda do mandato, como orientou o PSDB.